



## REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE A “IMPrensa GAY” COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Ricardo Augusto de Sabóia Feitosa

Universidade Federal de Pernambuco, [ricardo.saboia@ufpe.br](mailto:ricardo.saboia@ufpe.br)

**RESUMO:** O artigo propõe, a partir da experiência de realização de uma pesquisa doutoral (2010-2014) sobre a imprensa gay no Brasil, refletir sobre questões fundamentais na demarcação desse universo de publicações como campo de investigação. Toma-se como ponto de partida a necessidade de, mesmo reconhecendo sua validade e importância na construção de uma visibilidade para esse campo editorial, “dessencializar” a designação de um segmento de imprensa como “gay”, refletindo sobre os potenciais e os limites desse referencial identitário; contribuir para reflexões sobre estratégias teórico-metodológicas de análise de textos, discursos e práticas sociais associados à imprensa gay, em particular a contribuição de uma perspectiva *queer*; explicitar a relevância deste universo de publicações como “tecnologias de gênero”, em correlação aos processos mais amplos de construção e reelaborações das dinâmicas identitárias e das políticas sexuais e de gênero no Brasil.

Imprensa gay, gênero, sexualidade, discursos, identidades.

### INTRODUÇÃO

“Imprensa gay” é uma expressão recorrente para designar, em linhas gerais, um segmento do mercado editorial constituído por jornais e revistas demarcado pela especificidade de, ora ser majoritariamente realizado por sujeitos “gays”, ora dirigido a esta audiência em particular.

Quando falamos de “imprensa gay” brasileira, o cenário é complexo: estamos diante de um lugar de “interseção”, onde as políticas de sexualidade e gênero emergentes no Brasil das últimas décadas encontram, nesta prática cultural que é a produção de notícias para uma

audiência específica e em veículos que buscam se posicionar como orientados para estes sujeitos, um terreno de (re)elaboração, de publicização, de debate e de (re)interpretações destas políticas, de suas possibilidades e constrangimentos. Abarca títulos de épocas e características diversas, de jornais artesanais dos anos 1960 como *O Snob*, geralmente tomado como título pioneiro, publicado na Zona Sul do Rio de Janeiro, a revistas como *Sui Generis* (1995-2000), *G Magazine* (1997-2013) e *Junior* (2007-2015), passando por um jornal de importância fundamental para a estruturação do que viria a ser conhecido como



“movimento homossexual brasileiro”, o *Lampião da Esquina* (1978-1981); títulos com menor visibilidade, boletins lésbicos e periódicos de associações ativistas (cf., dentre outras fontes, Péret, 2011; Rodrigues, 2010).

Porém, o uso da designação “imprensa gay” também implica reflexões cruciais para todo pesquisador dessas publicações: o que vem a ser uma “imprensa” que é situada como “gay” ou que procura se afirmar como tal? Que dinâmicas de produção e consumo marcam suas publicações? O que há de “imprensa” e o que seria o “gay” nesta equação? Quais identidades são abarcadas e quais excluídas no referente “imprensa gay”?

## **METODOLOGIA**

A pesquisa (cf. FEITOSA, 2014) utilizou-se, dentre outras estratégias metodológicas, da combinação da análise de discurso de publicações representativas do universo situado como imprensa gay brasileira com entrevistas de profundidade com jornalistas (estagiários, repórteres, colunistas, editores) que atuaram ou permanecem em atividade neste segmento. Definiu-se um *corpus* analítico baseado na leitura e análise dos jornais *O Snob*, *Gente Gay* e *Lampião da Esquina*; e das revistas *Sui Generis* e *Junior*. No caso destas duas últimas publicações, a leitura crítica foi acompanhada de uma metodologia que incluía entrevistas com

jornalistas que fizeram parte de suas redações, seja para aprofundar a reflexão sobre suas atuações profissionais como para debater alguns dos textos produzidos por esses jornalistas.

Percebeu-se, porém, a necessidade primeira de empreender uma reflexão teórica, metodológica e epistemológica sobre o próprio processo de se demarcar como campo de pesquisa o universo situado como “imprensa gay”. Na seção seguinte, são apresentadas alguns dos resultados e discussão desse empreendimento, privilegiando: 1) uma reflexão sobre a categoria “gay” como delimitador desse segmento de imprensa; 2) a incorporação do conceito de “zona de endereçamento” (Barber, 2007) para pensar as dinâmicas entre produtores e os leitores projetados como “gays”; as contribuições de referenciais da teoria *queer* para uma compreensão dessa imprensa, notadamente a noção de “tecnologia de gênero” proposta por de Lauretis (1987).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Quando demarcamos um universo de publicações situado como “imprensa gay”, incorremos na tendência de tomar essa demarcação como estabelecida, definida como *a priori*. Entendemos, porém, que ela



exige uma dupla reflexão: primeiro, no reconhecimento que este referente *gay* tanto potencializa o reconhecimento destas publicações como um segmento em busca de legitimidade e espaço no mercado editorial jornalístico, como também é tensionado por reivindicações ou dinâmicas que interpelam os potenciais e os limites do “gay” como categoria sexual e de gênero. Segundo, ao tomar a “imprensa gay” como algo dado, e não construído, negligenciamos que a busca de se constituir um público leitor particular (situado majoritariamente como *gay* e privilegiado como homossexual masculino, mas que em alguns discursos é ampliado estrategicamente para referentes como “simpatizante” ou da “diversidade sexual”, ou ainda “lésbicas” ou “LGBT”<sup>1</sup>) é crucial para entendermos a contínua reinvenção destas publicações simultaneamente como “jornalísticas” e “gays”.

Para pensar esse processo de (re)invenção, podemos refletir sobre a construção de uma “zona de endereçamento”, nos termos propostos pela antropóloga Karin Barber

---

<sup>1</sup> Como sugerem as entrevistas que realizamos na pesquisa doutoral (FEITOSA, 2014) com jornalistas de *Sui Generis* e *Junior*, essa inclusão é menos uma questão mercadológica – uma leitura das duas revistas reitera a ampla prioridade a uma audiência gay masculina – do que responder a eventuais críticas de leitores que não se sentem contemplados na linha editorial. Também é uma estratégia editorial de se legitimarem como revistas “plurais”, “diversas” etc.

(2007). A partir de uma leitura inspirada em autores como Mikhail Bakhtin e Roland Barthes, a autora sugere uma apropriação de noções como *endereçamento* e de *texto*, e dos modos como estas podem ser exploradas pelos pesquisadores. Ela enfatiza que “textos e outros produtos culturais não são ‘janelas’ para alguma outra coisa, ou algum estado puro de subjetividade ou consciência que podem ser acessados *através* deles”, mas fundamentalmente, “são eles mesmos o terreno a serem estudado”. Assim, “o repertório, os materiais conceituais e os modos como são usados” configuram as instâncias que “podemos explorar como antropólogos” (*ibid.*).

A autora também lembra que um texto, sendo “dialógico e relacional”, “apresenta-se para um interlocutor: e não comumente para um único endereçado, mas para uma ‘audiência’ implícita”. Em consonância à elaboração de uma audiência leitora, Barber também recorda que, “por ser constituído para estar ‘lá fora’”, “assinala sua natureza como algo que excede as intenções específicas de qualquer locutor ou escritor”, sendo “composto em relação a outros textos, compartilhando modelos formais com estes, desenhando-se numa miríade de modos sobre suas fontes textuais”. Mesmo quando “completamente intencional”, um texto “nunca está confinado à intenção de um único emissor” (BARBER, 2007, p. 10).



Ainda inspirada numa perspectiva bakhtiniana, Barber propõe pensar esse “terreno” onde os textos são elaborados e projetados a um “público” a partir de uma “zona de endereçamento”, constituída na “orientação mútua do texto para a audiência e da audiência para o texto” (BARBER, 2007, p. 138). Nesse sentido, a autora utiliza-se de uma noção de público como “uma audiência cujos membros não são conhecidos ao autor do texto, e não necessariamente presente, mas ainda assim endereçada simultaneamente, e imaginada como uma coletividade” (*Ibid.*, p. 139). Há um processo contínuo de (re)construção desse público, uma vez que “uma nova forma de endereçamento faz-se necessária quando o autor exhibe um texto ou uma performance para uma massa de destinatários que não o conhecem ou se conhecem entre si, e que não são pessoalmente reconhecidas ou diferenciadas de cada um no endereçamento do texto – mas que são, por sua vez, convocadas como se formassem uma coletividade real, copresente e singular” (BARBER, 2007, p. 140).

Nesse processo de “construção” e de “convocação” dos leitores, a antropóloga ressalta um ponto relevante para nosso estudo sobre a imprensa gay brasileira: “formas específicas de endereçamento a audiências dispersas de leitores também podem desempenhar um papel na constituição de

novas formas de sociabilidade – forjando vínculos, gerando clivagens ou desenvolvendo nas pessoas um reconhecimento de sua condição comum” (BARBER, 2007, p. 140).

Barber faz suas observações a partir de um contexto específico, de análise das “tradições orais, gêneros populares e a escrita” em sociedades africanas do presente, mas é interessante pensarmos que os processos negociados de construção de um público leitor “gay”, projetado a partir dos textos ou discursos e dos modos como jornalistas e colaboradores das publicações que também se situam (e são situadas) como “gays” constroem esses mesmos discursos, tendem a ser subvalorizadas<sup>2</sup>, refletindo-se assim em análises acadêmicas cujos objetivos acabam não conseguindo escapar de uma mera “comprovação”, em leituras “textuais”, de que uma ou outra publicação reproduz determinados modelos ou padrões de “identidades” sexuais e de gênero.

No caso de uma imprensa dita *gay*, isso tem como agravante também tomar determinadas categorias e marcadores sexuais e de gênero como previamente “dados”, “prontos” para serem identificados pelo(a) pesquisador(a). Mesmo quando há uma intenção de pôr sob

<sup>2</sup> Uma exceção é o trabalho de Monteiro (2000) sobre a construção de masculinidades nas revistas *Vip Exame*, *Sui Generis* e *Homens*.





crítica os limites “identitários” calcados numa política de valorização de algumas dessas categorias e marcadores, o caminho muitas vezes é delineado num reconhecimento “teórico” dessas categorias e/ou “identidades” como “fluidas”, “abertas”, “instáveis” etc, mas cujo percurso de investigação acaba, em última instância, a ficar igualmente preso em comprovar se tais publicações reiteram ou rechaçam tal “diversidade”, “fluidez”, “instabilidade” nos seus discursos.

Em outras palavras, tomar esses referentes, categorias ou marcadores como dados, para “achá-los” na leitura de “textos”, é esquecer algumas das dimensões cruciais que os estudos das pesquisas em sexualidade e gênero põem em xeque nas décadas recentes, sobre a construção mesma das identidades.

Não é viável, nos limites deste artigo, recompor todos os ganhos da incorporação de um referencial “teórico”/“epistemológico” *queer* sobre as identidades sexuais e de gênero. No âmbito de nossa investigação, é pertinente, porém, explicitar que a leitura de autoras como Butler (1990, 1997, 2010) e Sedgwick (1990)<sup>3</sup>, ou mesmo de textos sobre “gênero” que podem hoje ser considerados, com justiça, “clássicos” (HARAWAY, 2008;

SCOTT, 2008) permitiram construir leituras mais específicas dos discursos das publicações “gays” selecionadas no *corpus* e dos processos de construção discursiva das identidades/identificações sexuais e de gênero. A sugestão de Butler, na virada dos anos 1980 para 1990, em situar o “gênero” a partir de processos *performativos* de identificações, ficções regulatórias, efeitos de discursos e práticas segue desafiando os modos como pensamos a elaboração (discursiva) de categorias, marcadores e “identidades”<sup>4</sup>. Do mesmo modo, em nossa

<sup>3</sup> Para um aprofundamento do diálogo com Sedgwick, particularmente em torno da noção de “armário” e de sua “epistemologia”, cf. a análise da revista *Sui Generis*, capítulo 3 da tese de Feitosa (2014).

<sup>4</sup> “Ao compreender a identificação como uma fantasia ou incorporação realizada, contudo, fica claro que a coerência é desejada, ansiada, idealizada, e que esta idealização é um efeito de uma significação corporal. Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo interno ou substância, mas o fazem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes que evocam, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como uma causa. Tais atos, gestos e realizações são *performativos* no sentido de que a essência ou a identidade que pretendem afirmar são invenções fabricadas e preservadas através de signos corporais e outros meios discursivos. O fato de que o corpo generificado [*gendered body*, no original] seja performativo sugere que não tem um status ontológico a margem dos vários atos que constituem sua realidade. Isto também sugere que se tal realidade é fabricada como uma essência interior, essa mesma interioridade é um efeito e uma função de um discurso decididamente público e social, a regulação pública de uma fantasia através da política de superfície do corpo, do controle fronteiro do gênero que diferencia o interno do externo, e assim instaura esta ‘integridade’ do sujeito. Em outras palavras, atos e gestos, desejos organizados e realizados, criam a ilusão de um núcleo de gênero interior e organizador, uma ilusão mantida discursivamente com o propósito de regulação da sexualidade no interior do quadro obrigatório da heterossexualidade reprodutiva. Se a ‘causa’ do desejo, o gesto e o ato pode se situar



demarcação da “imprensa gay” como terreno de investigação, também foi relevante situá-la nos termos que De Lauretis (1987) entende como “tecnologia de gênero”, ou seja, de explorar as publicações deste segmento não apenas como reprodutoras de categorias sexuais e de gênero, mas como tecnologias ou dispositivos que, em interação com outras instâncias como a academia, a escola, o cinema, a “mídia” ou os sistemas jurídicos, atuam tanto na “construção” como na

---

dentro do 'self' do ator, então as regulações políticas e as práticas disciplinares que produzem esse gênero ostensivamente coerente são efetivamente deslocadas (BUTLER, 1990, p. 185-186). Em *Bodies that Matter*, a autora revisita o impacto que a noção de performatividade trouxe aos estudos de gênero: “As coisas pioraram ainda mais ou se fizeram ainda mais remotas por causa das questões plantadas pela noção de performatividade de gênero apresentadas em *Gender Trouble*. Pois se eu tinha sustentado que os gêneros são performativos, isso significaria que eu pensava que alguém acorda de manhã, examina o guarda-roupa ou algum espaço mais amplo em busca do gênero que queria escolher e o adotava durante o dia para voltar a colocá-lo em seu lugar à noite. Semelhante sujeito voluntário e instrumental, que decide sobre seu gênero, claramente não pertence a esse gênero desde o começo e não se dá conta de que sua existência já está decidida pelo gênero. Certamente, uma teoria deste tipo voltaria a colocar a figura de um sujeito que decide – humanista – no centro de um projeto cuja ênfase na construção parece opor-se por completo a tal noção (...) Se o gênero não é um artifício que se pode adotar ou se rechaçar à vontade e, portanto, não é um efeito da escolha, como poderíamos compreender a condição constitutiva e compulsiva das normas de gênero sem cair na armadilha do determinismo cultural? (...) Afirmar que a materialidade do sexo constrói-se através da repetição ritualizada de normas dificilmente seria uma declaração evidente por si mesma (...) Conceber o corpo como algo construído exige reconceber a significação da construção ela mesma (BUTLER, 2010, p. 12, 13 e 14).

“desconstrução” das categorias e marcadores que buscam representar. Na visão da autora,

- 1) O gênero é (uma) representação”, com “implicações reais, tanto sociais como subjetivas, na vida material dos indivíduos” ;
- 2) “A representação do gênero é sua construção”;
- 3) “A construção do gênero segue nos dias de hoje como o fez no passado”, “não apenas onde alguém espera – na mídia, nas escolas públicas e privadas, nos tribunais, na família” (...) mas ainda “na academia, na comunidade intelectual, nas teorias radicais e nas práticas artísticas de vanguarda”;
- e 4) paradoxalmente, “a construção do gênero é também efetivada por meio de sua desconstrução (...) De modo que o gênero, como o real, não é apenas o efeito da representação mas também o seu excesso” (DE LAURETIS, 1987, p. 3)

Em ambos os casos, tais abordagens de gênero, com suas ênfases na “performatividade” e como “efeito de representação mas também o seu excesso”, configuram aportes analíticos que permitem costurar justamente a dupla dimensão processual da (re)elaboração contínua de um universo situado como “imprensa gay”, tanto naquilo que compete ao exercício deste jornalismo (a parte que cabe ao termo “imprensa”) como às categorias e marcadores sexuais e de gênero que são apropriadas e ao mesmo tempo (re)criadas, representadas, construídas e desconstruídas nos discursos circulantes nessas publicações (o



[problemático] “gay” dessa equação, questão que retomaremos adiante).

Combinar esses aportes da teoria *queer* fez-se, na pesquisa doutoral, no interior de um desafio de viabilizar a leitura crítica dos discursos que compõem o corpus delimitado no universo da imprensa gay brasileira. Recorreu-se a alguns referenciais básicos que norteiam a “análise de discurso” como estratégia metodológica.

A elaboração e análise do *corpus* estabeleceu-se no âmbito da “análise de discurso” (AD), nos moldes propostos por autores como van Dijk (2005), Orlandi (2001) e Maingueneau (1997). Este último pondera que, “se nos dias de hoje, 'análise de discurso' praticamente pode designar qualquer coisa (toda produção de linguagem pode ser considerada 'discurso'<sup>5</sup>), em parte isso advém de uma organização no campo da linguística, que tenderia a opor “de forma constante um

<sup>5</sup> Seguimos aqui a perspectiva de “discurso” sugerida por Véron (1980, p. 217-218): “Todo discurso tem duas faces: remete, por um lado, às suas condições de engendramento; é, porém, por outro lado, o exercício de um poder. Tanto num caso como no outro, relativamente às suas origens e a seus efeitos, ele é uma *economia de conjunto* (...) Entre a produção da fala e de seu poder, existe certamente um sistema de relações, mas tais relações não podem ser inferidas de maneira linear da produção ao reconhecimento. Toda situação interdiscursiva é uma situação na qual um universo de operações se mostra e um poder se exerce: a passagem de um a outro é o que se poderia chamar de *embreagem dos discursos* nas situações de sua circulação. Um discurso, é desse ponto de vista, o lugar de mediação entre um universo de operações e um universo de representações”.

núcleo que alguns consideram 'rígido' a uma periferia cujos contornos instáveis estão em contato com as disciplinas vizinhas (sociologia, psicologia, história, filosofia etc.)” (MAINGUENEAU, 1997, p. 11). Se o núcleo “rígido” dedica-se ao “estudo da língua, no sentido saussuriano, a uma rede de propriedades formais”, a análise de discurso “se refere à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (*Ibid.*). Para este autor, a AD pressupõe que “o 'discurso' como tal não poderia ser apreendido diretamente, salvo se quisesse limitar-se a generalidades filosóficas. Ela relaciona-se com um entrelaçamento irrepresentável de textos no qual apenas hipóteses heurísticas e pressupostos de ordens diversas permitem recortar unidades consistentes” (MAINGUENEAU, 1997 p. 17).

Também em Maingueneau (1997, p. 19) buscamos como referência um alerta acerca do processo de construção do *corpus* de análise: o de que, sem uma reflexão das escolhas que, como pesquisadores, somos obrigados a fazer, corre-se o seguinte risco: “aplica-se cegamente um método a um corpus e obtém-se algo que representa apenas o resultado deste método aplicado a este corpus”. Ele, então, nos lembra que “não é a presença de hipóteses muito específicas e de





pressupostos que é prejudicial, mas a intenção de não utilizá-los ou de fazê-lo minimamente”. Assim, “é o fato de levar em conta a singularidade do objeto, a complexidade dos fatos discursivos e a incidência dos métodos de análise que permite produzir os estudos mais interessantes” (*Ibid.*).

Mais do que uma noção restrita de “texto” ou mesmo de “discurso”, interessaria diretamente à AD o que Foucault classifica de “formações discursivas”. Foucault nos lembra que “de modo paradoxal, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles – em outras palavras, formular sua lei de repartição” (2008. p. 37). Assim, ele interroga:

Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retrair a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas? (...) No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de

uma formação discursiva (...) As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43)

Acreditamos que a apropriação da “imprensa gay” como “campo de possibilidades estratégicas”, investigar a construção social dessas “possibilidades”, deve ser uma tarefa para qualquer pesquisador desse universo de publicações.

## CONCLUSÕES

Entendemos a “imprensa gay” como uma instância privilegiada de interrogação de como são construídas alguns dessas categorias e marcadores mas, igualmente para além delas, de políticas de representação e visibilidade que os acionam e ao mesmo tempo os tensionam ou os desestabilizam, na medida em que ela intersecciona ambos os domínios, o do fazer jornalístico e das políticas sexuais e de gênero. Entendemos ainda que tais contribuições teóricas/epistemológicas continuam nos servindo de alerta, mas deve incorporar uma perspectiva cruzada, recombinação (e, em alguns casos, confrontada) com outros referenciais, notadamente quando o campo dos estudos de sexualidade e gênero no Brasil já produziu, e em alguns casos com uma





originalidade que antecede um *boom* “queer”, reflexões acerca (dos limites) de identidades, de subjetividades, de categorias de identificações e dos modos complexos como se experienciam e se deslocam as mesmas categorias e desejos<sup>6</sup>.

É inescapável retomar aqui a categoria “gay” como referencial identitário para designação desse segmento de imprensa. O que o “gay” pode significar, por exemplo, numa revista segmentada para uma audiência que é projetada como não-heterossexual? King (2005) nos chama a atenção de que o referente *gay* pode se posicionar como um referente não-marcado, no sentido de que seria capaz de designar “muitos tipos e gêneros de sexualidade alternativas”. Diferentemente do termo lésbica, “que ainda não tem funcionado de modo a incluir homens, por exemplo, *gay* tem algumas vezes reivindicado incluir mulheres” (p. 514). Em designações como “lésbicas e gays” ou “lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros”, os termos lésbicas, bissexuais e transgêneros permaneceriam, diz a autora, como categorias marcadas, ao passo que o *gay* continua a funcionar tanto como categoria marcada e não-marcada (KING, 2005, p. 514). Ora, considerando que a

<sup>6</sup> Num longo universo exploratório, a pesquisa doutoral dialogou com Barbosa da Silva (2005), Fry (1982), Green (1999), Perlongher (2008), MacRae (1990), Parker (2002), Facchini (2005), Simões e Facchini (2009), França (2006; 2010), Carrara e Simões (2007).

imprensa “gay” brasileira das duas últimas décadas tem sido constituída basicamente de títulos endereçados a homens de classe média e alta, cabe ao pesquisador deste campo não apenas buscar “constatar” ou “comprovar” que “tipos” ou “representações” do *gay* os textos destas revistas privilegiam, mas explorá-las como um dos agenciadores no Brasil dos anos recentes da própria constituição histórica deste “marcador” e dos potenciais e dos limites dessa “marcação”.

Nesse aspecto, a “imprensa gay” deve ser tomada naquele sentido de “formação discursiva” proposto por Foucault, constituindo-se como ponto de partida para problematização de um segmento editorial que redesenha suas fronteiras a partir de um conjunto de demandas por parte dos atores que nela atuam e do seu(s) público(s) leitor(es), de pressões, busca por legitimidade (como universo que reivindica reconhecimento como “jornalismo”), enfim, a partir de um “campo de possibilidades estratégicas” em que emergem, reiteram-se e se dispersam os discursos a serem analisados pelo pesquisador. Ao agruparmos determinados jornais e revistas sob a designação “imprensa gay”, por sua vez, refletiu-se sobre os processos sociais que interrogam tanto as práticas deste segmento editorial como de sua relevância na (re)construção das dinâmicas em jogo quando



se reivindicam alguns modos de identificação e de visibilidade a determinados temas e sujeitos nos terrenos da sexualidade e gênero do Brasil das últimas décadas<sup>7</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBER, Karin. **The anthropology of texts, persons and publics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BARBOSA DA SILVA, José Fábio. O homossexualismo em São Paulo: um estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James N. e TRINDADE, Ronaldo(org). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editoria Unesp, 2005.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na

---

<sup>7</sup> No caso das leituras da revista *Sui Generis*, por exemplo, a leitura do *corpus* revelou como o *outing* era uma política central de visibilidade reivindicada na linha editorial, bem como postura defendida por seus jornalistas. Em *Junior*, pautas como “casamento igualitário” ou a “igualdade de direitos sexuais e/ou humanos” ganham destaque nos anos recentes.

antropologia brasileira. **Cadernos Pagu** (Unicamp), Campinas, v. 28, p. 65-99, 2007.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender: essays on theory, film and fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. **Linhas e entrelinhas: homossexualidades, categorias e políticas sexuais e de gênero nos discursos da imprensa gay brasileira**. 2014, 274p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento LGBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. 2006, 257 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Consumido lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. 2010, 291 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.



GREEN, James N. **Beyond carnival: male homosexuality in twentieth-century Brazil.** Chicago: The Chicago University Press, 1999.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: CRESPO, Ana Isabel, MONTEIRO-FERREIRA, Ana; COUTO, Anabela; CRUZ, Isabel; JOAQUIM, Teresa. **Variações sobre sexo e gênero.** Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”.** Campinas: Ed.Unicamp, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Pontes – Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MONTEIRO, Marko Synésio Alves. **Masculinidades em revista: um estudo de VIP Exame, Sui Generis e Homens. Dissertação.** Mestrado em Antropologia Social (Unicamp). Campinas, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2001.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo.** São Paulo: Publifolha, 2011.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: CRESPO, Ana Isabel, MONTEIRO-FERREIRA, Ana; COUTO, Anabela; CRUZ, Isabel; JOAQUIM, Teresa. **Variações sobre sexo e gênero.** Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2010.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1990.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso.** Porto: Campo das letras, 2005.